

ATORES SOCIAIS DO DESMATAMENTO NO PARANÁ 1940 - 1960: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA HISTÓRIA DA INDÚSTRIA MADEIREIRA

Jefferson de Oliveira Salles¹

ao longo dessa contenda [entre a frente de expansão da agropecuária e povos indígenas e caboclos], o que estava realmente em jogo não era a terra, ou a propriedade, embora a contenda fosse assim definida na época pelos que dela participavam, e mesmo atualmente pelos que interpretam a sua história. O prêmio era, de fato, a biomassa viva das árvores – que seria reduzida a cinzas –, o leito do chão da floresta, a cama da de húmus, a vida de micróbios e insetos que habitavam esses estratos e os nutrientes contidos no horizonte do solo e abaixo dela. Esses recursos vivos, orgânicos e minerais eram tudo o que a terra continha e de que se poderia extrair lucro. “Fertilidade”, é um conceito quase tão reducionista quanto “terra” ou “propriedade” [...]. Essas realidades bióticas imensamente complexas eram, contudo, vulneráveis e evanescentes. (DEAN, 1995, p. 231-2, grifos nossos.)

INTRODUÇÃO

A ideia inicial deste artigo surgiu a partir de reflexões iniciadas em minha monografia de conclusão do curso em História na UFPR, orientado pelo Prof. Denisson de Oliveira, publicado na coletânea “O Paraná Moderno” organizada pelo Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Porém, devido ao objeto de análise da monografia, o presente tema não pode ser adequadamente desenvolvido, daí porque o retomamos e aprofundamos. Este artigo baseia-se, principalmente, em uma revisão bibliográfica de dissertações de história e história econômica e artigos

¹ Professor de História da rede estadual de ensino, especialista em Educação do Campo pela UFPR. Atualmente é assessor para povos e comunidades tradicionais do ITCG, jefferson_salles@itcg.pr.gov.br, jefferson_oliveirasalles@yahoo.com.br. Agradeço a leitura do texto original e as contribuições do Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira do Departamento de Ciências Sociais da UFPR.

acadêmicos. Consultamos também documentos produzidos por agentes envolvidos no negócio da madeira (órgãos de representação do setor industrial madeireiro² relatórios de técnicos de agência de fomento do Estado, relatórios de Secretários de Estado do período 1930 a 1960). A partir desse levantamento documental e bibliográfico, teceremos algumas contribuições para o seguinte debate: a ascensão de um bloco de poder e sua relação com a política estatal. Estabelecidos alguns indicativos dessa relação, faremos uma correlação destes com os impactos ambientais do crescimento do setor na floresta nativa. Além do recorte temporal citado, faremos também outro espacial abordando as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do Paraná. Além da revisão histórica utilizaremos, para analisar a ascensão e a ação do setor industrial madeireiro, os conceitos de Estado, bloco de poder, fração de classe³ e efeito pertinente⁴ a partir da leitura de Perissinotto.

² Entendemos por “indústria madeireira” empresas que, além de transformarem os toros em pranchões, realizavam diferentes transformações na madeira :”como papel e papelão, mobiliário etc.” No período por nós estudado (1940-1960), essas empresas “passaram a fazer parte da paisagem econômica de grande número de municípios paranaenses, empregando nestes a maior parte dos trabalhadores na indústria [...] a medida que iam sendo colonizadas as terras do Norte e Sudoeste do Paraná e ampliada a rede de transportes rodoviárias e ferroviária, mais áreas da Mata Atlântica e de Araucárias iam se tornando disponíveis para exploração.” (OLIVEIRA, D., 2001, p.30)

³ Entendemos que fração de classe “existe como força social quando a sua existência econômica produz efeitos pertinentes na política e na ideologia, revelando com a sua atuação na luta de classes, a sua presença distinta. A análise dos “efeitos pertinentes” de uma fração autônoma de classe nas estruturas e relações políticas e ideológicas no campo das lutas de classes depende sempre da conjuntura de uma situação histórica concreta. “*Só através do seu estudo se poderá circunscrever as relações dos limites e das variações, e assim se caracterizar os “efeitos pertinentes”.*” (OLIVEIRA, R., 2001, p. 13, apud. POULANTZAS, 1977 p.79).

⁴ Devemos o conceito de efeito pertinente à seguinte reflexão: “Na luta de classes, as classes ou frações autônomas se manifestam política e ideologicamente. Mais ainda, manifestam-se nos níveis político e ideológico de forma específica, isto é, através de efeitos pertinentes. No nível político podemos detectar as formas de representação de classe, os partidos políticos e o próprio regime político como formas de efeito pertinente; no nível ideológico, a luta ideológica de classes nos revela tais fatos.” (PERISSINOTTO, 1994, p.92)

1. PRÉ-HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO MADEIREIRA

Desde seu início, estruturalmente, a exploração dos recursos florestais (assim como os minerais) foi marcada pelo colonialismo (seja do século XVI-XVIII ou XIX) e neocolonialismo pela “exploração imediatista e brutal dos seus recursos naturais” devido ao impacto agressivo das atividades coloniais e a “introdução de espécies exóticas” animais ou vegetais – na primeira categoria, citamos a exploração do pau-brasil e a lavra de ouro (que também ocorreu no litoral e Vale do Ribeira paranaense e região de Curitiba no século XVII e XVIII), quanto à segunda categoria, nela enquadram-se o plantio de cana no litoral, a criação de gado nas regiões de campos, como Palmas, Guarapuava, Lapa etc., nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Essa forma de explorar recursos naturais estava ideologicamente alicerçada na convicção de sua inesgotabilidade⁵: informações sobre a forma predatória, causadora de impactos ambientais da extração de ouro, plantio de cana, café ou criação de gado são correntes em relatos de autoridades portuguesas, crônicas de viajantes etc. (DEAN, 1995). O critério principal para apropriar-se das riquezas naturais era a transformação do espaço em mercadoria, devido a este fato, historicamente houve a concessão de terras para elites coloniais (e, posteriormente, nacionais), que as utilizavam, muitas vezes, com fins especulativos:

a facilidade que tem havido na concessão das sesmarias tem sido muito prejudicial, porque se têm queimado os matos melhores, e os mais próximos às povoações, as quais já sentem a falta das madeiras, das lenhas e dos capins (DEAN, 1995, p.163 apud TEIXEIRA COELHO. “Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais”, 1780.)

⁵ NEVES, 2006, p.14-16. “Os europeus não se sentiam parte da natureza, era caso dos índios, e viam a natureza como algo para lhes servir.”(JORGE, William Roberto e MARTINS, Valter, 2008, p.220, apud. SCHMA, Simon. Paisagem e Memória. Companhia das Letras, São Paulo, 1996. A par dessa cosmovisão, construída na longa duração, concordamos com Nelson Dácio Tomazi, quando afirma que os “pioneiros” do Norte (e de outras regiões do Paraná, acrescentaríamos) enxergavam-se a partir de um filtro ideológico, como “novos bandeirantes” que “abrem o sertão para a civilização, através da luta incessante contra a “mata virgem” ” (TOMAZI, 2000, p.52 e p.144, respectivamente).

Esse problema também ocorreu nas antigas vilas do atual território paranaense, pois, em função do aumento da população, aumentava a pressão sobre pastagens, madeira e lenha nas suas proximidades. Para responder a esses problemas, as câmaras das vilas criaram os chamados “rocios”⁶ nos quais o uso de tais matérias-primas era regulado para que não faltassem a seus habitantes (esses materiais eram essenciais à sobrevivência: a falta deles significava ausência de combustíveis e matéria-prima para casas e engenhos etc., bem como pastos livres para animais).

A política de facilitação de concessão de terras não atingia apenas as áreas próximas às vilas. Segundo o historiador Brasil Pinheiro Machado (MACHADO, 1968), as primeiras pessoas que receberam sesmarias nos Campos Gerais⁷ foram “paulistas”, que inicialmente utilizaram as terras de forma especulativa, pois não estabeleciam atividades produtivas, amalhando terras por perceberem a futura valorização decorrente do trânsito de tropas de muares e bovinos entre Viamão (RS) e Sorocaba (SP). Esse comércio levou ao surgimento do latifúndio pastoril escravista, que se alastrou por essas regiões entre o final do século XVIII e XIX (PRADO JUNIOR, 1995, MACHADO, 1968). O quadro identificado por historiadores nos Campos Gerais foi também encontrado na região Norte do Estado: o início da conquista da região se fez por meio da concessão de terras ainda no período Imperial a senhores de escravos que se apropriaram de grandes extensões de terra com fins especulativos, pois apropriaram-se de espaços muito maiores que cultivavam (WACHOWICZ, 2002).

Essa estratégia utilizava, de forma enviesada, a legislação que regulava as sesmarias (principal forma de adquirir terras durante o período Imperial) ou comprovava a posse de terras entre 1822 e 1850 (período em

⁶ No Paraná, merece destaque a pesquisa de OLINTO, B. & STEIN, M., 2008.

⁷ Denominação genérica para a região de pastos nativos que ligavam Palmas, Lapa, Curitiba até Jaguariaíva, ligando-se com os Campos de Palmas e os Campos de Lages em Santa Catarina. (PRADO JUNIOR, 1995, MACHADO, 1968)

que a legislação de sesmarias foi revogada até a aprovação da Lei de Terras de 1850). Embora alguns historiadores afirmem que a política de facilitação de concessões de terras, do ponto vista do poder Colonial e, posteriormente, Imperial, visava proteger o território tornando-o lucrativo, não se pode negar que isso também estimulava a prática de explorar terras para depois abandoná-las. No caso específico da pecuária extensiva escravista, era comum a prática da queima constante de “grandes áreas férteis para abrir novas áreas de pastagens” (NEVES, ano, p.14-16), o que ampliava os domínios dos fazendeiros. A sociedade implantada pela colonização usava a floresta nativa para confecção de residências, lenha, instrumentos necessários às atividades agropecuárias (madeira para mangueiras, cercados para divisas de fazendas etc.). Embora, nesse período, o beneficiamento e o extrativismo da madeira fossem “artesanais”, isso exerceu impacto bem maior sobre o meio que o dos povos indígenas.

No período Imperial a madeira explorada para o comércio externo do Paraná eram espécies nobres da mata atlântica próxima do litoral exportadas para países da Bacia do Prata e outras regiões do país (AMADIGI, 1999, p.8). A primeira tentativa de se fazer a extração e a **industrialização** da madeira em larga escala no Paraná ocorreu ainda durante o período escravista, em 1871, com a construção de uma grande madeira próxima ao ramal da via férrea que ligaria Curitiba a Paranaguá, cujo investimento na construção correspondeu ao valor da receita da província para aquele ano (PADIS, 1981, p.67). O montante do capital investido refletiu o papel desempenhado pela exportação de madeira, que correspondia, naquela época, ao segundo produto nas arrecadações na balança de exportações estaduais. Não obstante uma pequena crise no final da década de 1880, o setor madeireiro expandiu-se constantemente devido primeiro à construção de vias de transporte modernas: inicialmente por meio da ferrovia Curitiba-Paranaguá que possibilitou acesso a um mercado em expansão nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e, posteriormente, com a construção e expansão de estradas cascalhadas, asfaltas, das ferrovias São

Paulo-Rio Grande e daquelas que se aproximavam da fronteira Norte via São Paulo (AMADIGI, 1999; CANCIÁN, 1974).

Essa infraestrutura significou uma inserção maior das regiões acima da Serra do Mar no mercado internacional. Porém diversas crises ocorridas nas décadas posteriores, na Primeira e Segunda Guerra, o índice de arrecadação de impostos fornecido pelas exportações do setor madeireiro não mais recuou ao marco estabelecido em 1892 (PADIS, 1981, p.56). A possibilidade de crescimento do setor madeireiro somente ocorrerá a partir de 1891, quando um fator alheio à ação dos madeireiros e do governo estadual levou o governo federal a aumentar taxas de alfândega para produtos importados, dada a necessidade de captar recursos das tarifas alfandegárias⁸.

O potencial econômico dessa atividade atraiu inclusive investimentos de outros estados, como a MANASA S/A, e mesmo estrangeiros, como o caso da construção da serraria Lumber em Três Barras (PR), ou da CNTP – a primeira de capital norte-americano, a segunda de capital inglês. A serraria Lumber, de propriedade do empresário norte-americano Percival Farquhar, era “considerada a maior [serraria] da América do Sul na época”, sendo que o mesmo grupo possuía outras duas grandes serrarias: uma na região de Jaguariáiva (PR) e outra na estação de Calmon, atual Porto União (SC) (GAULD, 2006, p. 280; THOMÉ, 1983).

O surgimento da Lumber estava associado à construção de ferrovias (a partir do final do século XIX estas expandiram-se tanto ao sul quanto ao norte do estado), e foi um marco na história ambiental e agrícola do estado. Ferrovias ligadas a rodovias, trens alimentados por caminhões cada vez mais potentes foram fatores tecnológicos determinantes para o avanço da “fronteira agrícola”, principal motivador da ação das madeireiras. A conquista das regiões Sul/Centro-Oeste e Norte paranaense se consolidaram entre as décadas de 1930-60.

⁸ VALENTE, 1997, p. 61.

Os dados censitários evidenciam esta realidade: na primeira metade do século XX o Estado do Paraná teve um crescimento demográfico maior do que a média nacional (que teve sua população triplicada) e mesmo que São Paulo, grande centro de atração de migrantes, que quadruplicou sua população. A população do Paraná cresceu seis vezes (DEAN, 1995, p. 254).

Com a construção e ampliação das vias, a araucária, inexistente no litoral, começou a ser explorada em escala industrial (isto é, com processos de mecanização e transformação) a partir da Primeira Guerra Mundial. O advento da Guerra levou a uma crise inicial devido à interrupção do comércio com os países europeus, porém essa perda foi contrabalançada pela abertura de negócios com os países platinos: em “1918 o seu valor foi de 16 mil contos, quando em 1910 apenas o era de 150 contos”⁹. O número de serrarias cresceu rapidamente – até o início da Primeira Guerra Mundial, havia 64 serrarias, em 1920, eram 174 (CANCIÁN, 1974, p.18).

Ao promover uma maior integração com o mercado nacional e internacional, ocorreu também a transformação da atividade madeireira que se tornou “industrial” mediante uma cadeia que incluía fabricação de caixas, papel, papelão, móveis, fósforos etc. (CARVALHO & NODARI, 2000, CANCIÁN, 1974). Essa transformação aprofundou-se a partir da década de 1920, demonstrando que o setor havia se tornado elemento importante de acumulação capitalista (a ponto de poder industrializar-se). O movimento de reestruturação/modernização deve ser entendido a partir de sua articulação com a crise brasileira do período que facultou, lentamente, o surgimento de um pequeno setor industrial que demandou matérias-primas mais baratas, entre elas a madeira cerrada e de construção (DEAN, 1971, p.16).

⁹ Dado citado por Affonso Costa, diretor do Serviço de Informação do Ministério da Agricultura. Citado em Relatório Apresentado em sessão Ordinária do Conselho Diretor do Centro das Indústrias de Madeira do Paraná em 31/03/19, por Ennio Marques, diretor em exercício. Livraria Mundial, Curitiba, s/d, p.6.

2. A FORMAÇÃO DO BLOCO DE PODER DO SETOR INDUSTRIAL MADEIREIRO PARANAENSE

2.1 ORIGENS SOCIAIS DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL MADEIREIRO

Ao analisar sociologicamente a composição social dos grupos empresariais do início do século XX no Brasil, constata-se que era comum serem estes formados por imigrantes europeus ou descendentes da primeira geração que em suas pátrias compunham a classe média. Essas pessoas possuíam instrução técnica, experiência no comércio ou manufatura, tendo chegado ao Brasil com alguma forma de capital e se uniram ou casaram com filhos de grandes proprietários de terras. Essa estratégia significou uma forma segura de manutenção e de acumulação de capital (DEAN, 1971). A esse fator, devemos somar outro: boa parte do crédito na época dependia do setor mercantil, em geral, das empresas exportadoras (que, via de regra, o obtinham de companhias comerciais internacionais). Estas últimas pautavam-se, geralmente, em considerações “políticas, quando não sentimentos nacionalistas” tanto para a contratação de empregados (inclusive na direção dessas empresas) como para a concessão de crédito (DEAN, 1971). Ou seja, facilitava-se a ascensão profissional de imigrantes e descendentes das primeiras gerações, criando um ambiente propício para a união (empresarial ou familiar) destes com integrantes das elites nativas¹⁰. Exemplos de uniões desse tipo no Paraná podem ser encontrados em grandes empresas do setor industrial madeireiro, como o Grupo Lupion e João José Zattar S/A, conforme constam em suas biografias oficiais (VAZ, 1986, MONTEIRO, 2008).

¹⁰ Acreditamos que essas alianças familiares explicitavam, em certo sentido, o véu ideológico identificado por Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro”, em que afirma característico das elites brasileiras exergar o país por um filtro cultural europeu que vê na miscigenação com indígenas e africanos a origem dos problemas nacionais. Essa projeção foi também identificada por Warren Dean: “Sobre suas florestas, os membros da elite brasileira projetavam constrangedoramente suas ambigüidades relativas à sua sociedade e cultura. Em uma era de triunfo imperialista europeu e norte americano, eles controlavam um Estado fraco endividado, cujos cidadãos eram assolados por doenças, mal nutridos, incultos, que mal conseguiriam tributar e tampouco esperavam mobilizar, caso se defrontassem com alguma guerra. Como não se perguntariam se não sobre imperfeições inerentes, resultando da mistura de raças africanas e nativas da América, a quem os imperialistas desprezavam? E não poderiam suas deficiências ser induzidas pelo clima tropical?” DEAN, 1995, 257.

Mesmo após a constituição inicial de empresas, os nos futuros grupos empresariais existentes, a tentativa de manter sob controle familiar as empresas parece ter sido um comportamento comum no setor industrial madeireiro. Segundo Nadir Cancián, em sua dissertação de história (produzida a partir de inventários registrados em cartórios no Norte do estado), a estratégia administrativa de manter as empresas sob controle familiar visava manter a “formação de capital, a organização do trabalho, chefia da empresa”, entre outros objetivos (CANCIÁN, 1974, p.131-2). Situação semelhante foi identificada por outros autores em várias regiões do estado na constituição e administração de grandes grupos madeireiros: João José Zattar S/A, Grupo Lupion, F. Slaviero & Filhos S/A, entre outros (KRETZEN, 1951, LUZ, C. F., 1980), o que nos permite supor que a aliança supracitada entre imigrantes e fazendeiros (e seus descendentes das primeiras gerações) no início do século foi recorrente.

2.2 O BLOCO DE PODER INDUSTRIAL MADEIREIRO

O estudo do processo de formulação da política econômica, isto é, de constituição da hegemonia, é importante inclusive do ponto de vista teórico-metodológico, pois contribui para provar que a correspondência entre output estatal, no caso a política econômica, e os interesses de uma classe ou fração não é meramente acidental. (PERISSINOTTO, 1994, p. 27.)

Com a Revolução de 1930, nas diversas unidades da federação ocorreu uma reconfiguração da hegemonia na direção político-administrativa (PERISSINOTTO, 1994, e DEAN, 1971). No Paraná a realidade não foi diferente. O rearranjo das elites nacionais remete a uma conceituação de Estado que escapa a visões reducionistas, este não é mero instrumento das classes dominantes, mas também é a condição dialética para sua existência: o Estado burguês como aparato burocrático-regulador “organiza” em seu interior as classes dirigentes porque estas não podem simplesmente dividi-lo:

apresenta uma **unidade própria**, conjugada com a sua autonomia relativa, **não** na medida em que constitui o **utensílio de uma classe já politicamente unificada**, mas na medida em que constitui precisamente o **fator de unidade** do bloco no poder. [...] O Estado extrai a sua **unidade própria dessa pluralidade de classes** e frações dominantes na medida em que a relação entre elas, não podendo funcionar sob a forma de repartição do poder, necessita do Estado como fator de sua unidade propriamente política. (OLIVEIRA, R. p.266-267, apud POULANTZAS 1977, p.297-298, grifos nossos.)

No caso do Paraná, o setor industrial madeireiro aliou-se a outras frações de classe das elites regionais, principalmente “proprietários de terras e comerciantes dos Campos Gerais”, substituindo o grupo composto por empresários do mate, que ocupava o poder no estado e mesmo nas entidades de representação, como a Associação Comercial do Paraná (ACP) o principal órgão de representação do empresariado do período (LUZ, R. M. 1992, SALLES, 2004).

Para analisar alguns aspectos da ação desse setor, utilizaremos o conceito operacional de bloco de poder, que se refere à “**unidade da classe dominante** realizada através e no **interior dos aparelhos de Estado**, sob a **égide da fração** hegemônica” (PERISSINOTTO, 1994, p.28, grifos nossos). Como nenhuma fração de classe isoladamente conseguiu assenhorar-se do poder, a tomada deste ocorreu a partir da aliança de diversos setores (o mesmo ocorrendo no restante do Brasil). Dentro do quadro de disputas do período, a fração industrial madeireira passou a integrar o bloco de poder que passou a dirigir “o processo de formulação da política econômica estatal” (PERISSINOTTO, 1994 p.28).

O poder do setor industrial madeireiro expressou-se, por exemplo, quando uma solicitação do Sindicato de Madeiras do Brasil, efetuada em 1928, ao “Governo do Paraná de um crédito de 2.000:000\$000 para poder atender as despesas com a exportação da madeira”, foi atendida. Essa demanda foi atendida a partir de empréstimo efetuado pelo estado junto ao Banco do Brasil, sendo o estado fiador (Mensagem apresentada ao Legislativo

do Paraná, em 1929, pelo Governador Afonso Camargo, citada por LVALLE, 1974, p.58). Essa política foi aprofundada por meio de decreto sancionado pelo mesmo governador, que criou o Instituto da Madeira, cujas **“atribuições foram executadas, por delegação do mesmo governo”** ao órgão de representação do setor madeireiro (CANCIÁN, 1974, p. 08. apud. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. Rio de Janeiro 2(2):10,1951, grifos nossos).

Dentre essas atribuições estavam as de “fixar preços, limitar a produção da madeira, fixar quotas de exportação, promover reflorestamento, fornecer crédito a produtores, construir armazéns, serrarias e outras instalações, e desenvolver mercados locais e estrangeiros.” (LUZ, C. F., 1980, p.109). Para melhor executar suas funções, o Instituto contou com o auxílio da Câmara de Expansão Comercial¹¹ do Paraná, criado em 1934. Esse órgão de caráter estatal coordenou as estratégias de comércio externo dos setores industrial e comercial paranaense e estava diretamente vinculado ao seu similar nacional, o Conselho Federal do Comércio Exterior. As principais funções dessa Câmara eram **“amparar, defender** e coordenar [...] todas as iniciativas tendentes a desenvolver as fontes produtoras do Estado. Sendo a madeira um dos produtos mais viáveis para promover a expansão do comércio exportador” (MADER, Othon. Secretário de Estado de Obras Públicas de 1934, relatório apresentado ao Governador Manoel Ribas. Curitiba, 1934. grifos nossos LVALLE, 1974, p. 60, grifos nossos). Não obstante os esforços da aliança público-privada, o Instituto da Madeira encontrou nesses anos dificuldades para funcionar.

Em 1933, em outro relatório, Rivadávia de Macedo informou que, para a manutenção das operações Instituto da Madeira (que possuía débitos de três mil contos cujo fiador era o Banco do Estado do Paraná, estatal), havia também sido criado um imposto estadual. Essa situação, segundo o relatório

¹¹ Câmara de Expansão Comercial do Estado do Paraná, criada em 1934, que “recebeu como atribuição legal o amparo, a defesa e a coordenação de todas as iniciativas que tendessem ao desenvolvimento do Estado, sendo que já nesta época a madeira já resplandecia como grande foco de interesse. Essa instituição determinou bases para a padronização do pinho com o objetivo de melhorar a aceitação do produto no mercado exterior”. STELMACKI JUNIOR, Roberto, 2008, p.24.

do Secretário, ocorreu porque o Instituto “fracassou completamente devido á má orientação dada aos seus negócios pelos seus diretores” (Rivadavia de Macedo. Relatório apresentado ao Governador Manoel Ribas pelo Secretário dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas 1933, p.13 e seguintes, o que não impediu que o estado saldasse nesse mesmo ano a dívida – atitude que não foi comentada no relatório.

Essas ações foram tomadas dentro do quadro alianças entre personagens concretos. A título de exemplo, traremos a biografia de alguns desses personagens.

- João de Oliveira Franco, um dos diretores e advogado da CNTP, aceitou em 1938, o convite do Interventor Manoel Ribas para ser Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio sem, entretanto, deixar de trabalhar para a CNPT. (TOMAZI, 2000, p.182);
- “Willie B. Davis, [um dos fundadores da CNTP, que também ocupava uma diretoria], grande fazendeiro em Jacarezinho (da qual havia sido prefeito) e deputado [estadual] por três legislações”, foi nomeado pelo Interventor prefeito de Londrina. (TOMAZI, 2000, p.203-5);
- Othom Mader (ou Maeder), de tradicional família proprietária de terras nos Campos Gerais, mantinha vínculos com o setor industrial madeireiro (era membro na década de 1930 do conselho de uma indústria madeireira articulada a outras empresas do setor, KRETZEN, 1951, SALLES, 2004). Esse personagem foi prefeito nomeado de Foz do Iguaçu logo após a Revolução de 1930, Secretário de Estado e Senador (SALLES, 2004);
- Moysés Lupion, também originário de uma família que envolvia grandes proprietários de terras e imigrantes da segunda geração, foi proprietário de um dos maiores grupos madeireiros do estado

(Grupo Lupion), possuía negócios com o Interventor Manoel Ribas no período em que este era governador. Beneficiando-se dessa relação, Lupion construiu sua trajetória política rumo ao governo do Estado, por duas vezes, 1947-1951, e 1956-1961, e ao senado (SALLES, 2004).

Acreditamos que, devido à composição política (nos quadros do poder estatal), foi gerada uma série de desdobramentos nos anos seguintes. Não acreditamos que os representantes do setor tenham exercido ou imposto de forma automática seus interesses, porém, é evidente que muitas medidas tomadas pelo Estado sofreram impactos de sua presença nos órgãos de decisão, isto é:

Para compreendermos *quem* ou *quê* formula políticas, é preciso entender as características dos participantes, os papéis que desempenham, a autoridade e os outros poderes que detêm, como lidam uns com os outros e se controlam mutuamente. Das muitas diferentes modalidades de participantes, cada um exerce uma função especial: os cidadãos comuns, os líderes dos grupos de interesse, os legisladores, os líderes legislativos, ativistas de partidos, magistrados, servidores públicos, técnicos e homens de negócios. (LINDBLON, 1981, p.8-11.)

Os desdobramentos da ação do setor industrial madeireiro paranaense, anos depois, tiveram ainda outros efeitos, o principal deles foi a criação, em 1941, do Instituto Nacional do Pinho (INP) – criado à imagem do congênere Instituto da Madeira –, que deveria funcionar a partir do ideal corporativista de desenvolvimento¹² do período Vargas, conforme explicitado no seu artigo 1º, o INP

¹² O modelo de desenvolvimento do período Vargas explicitava interesses de diversas frações das classes dominantes que até então não tinham conseguido impor seus interesses. Com a Revolução de 1930 esses grupos conseguiram fazer valer algumas de suas reivindicações. Embora não tenha ocorrido uma “reformulação radical” da política econômica nacional, efeito pertinente do sucesso na tomada de poder por estes grupos foi a criação de vários “de institutos oficiais com vistas a proteger uma série de atividades, como, por exemplo, o Instituto da Borracha, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Mate, [Instituto Nacional Pinho] etc.” (PERISSINOTTO, 1994, p. 227).

era **órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores do pinho**. A estrutura organizacional da nova autarquia econômica era constituída de uma Junta Deliberativa, composta de um Presidente de livre nomeação Presidente da República, e de **representantes dos governos estaduais** do Paraná, Rio Grande do Sul, e de igualmente, **de representantes estaduais dos produtores, industriais e exportadores** de Pinho. (CANCIÁN, 1974, apud VENÂNCIO, p.29, grifos nossos.)

Devido a vários fatores, nem todos relacionados a sua força de pressão como componente do bloco de poder (sua organização corporativa, o modelo de desenvolvimento corporativista do regime Vargas, a necessidade de este acumular divisas decorrente da crise que antecedeu a Segunda Guerra), o setor industrial madeireiro obteve o atendimento de várias reivindicações, uma delas refere-se a políticas protecionistas garantida pelo Banco do Brasil para exportações para a Argentina, na qual os “preços mínimos [foram] DETERMINADOS pelos Sindicatos [patronais do setor] que puderam assim controlar a efetividade das cotações estabelecidas”, sendo que as guias de exportação somente foram fornecidas àqueles que respeitassem tais preços (Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeira do Paraná, Curitiba, 1939).

Entre os resultados obtidos a partir da criação do INP destacamos a proibição pelo governo federal da exportação de pinho em toros em 1947. Essa ação foi essencial para o aumento da mecanização/industrialização do setor, favorecendo principalmente as maiores empresas, que ampliaram suas atividades para produtos com melhor acabamento (madeira serrada, beneficiada, compensada e laminada, tábuas, móveis etc.). Com essa medida protecionista, o governo federal visava proteger o setor industrial nacional “estava sentindo, cada vez mais, a concorrência das usinas de beneficiamento de madeira, instalada nos países importadores” (LAVALLE, 1974, p.97). Passaram a ser exportados produtos com maior valor agregado. Ainda na década de 1930 houve outras medidas que incentivaram a produção de papel, sendo o Paraná um dos estados que receberam incentivos para instalação de fábricas,

por exemplo, em Arapoti (VAZ, 1986 e SALLES, 2004). Embora estejamos certos de que esse montante de ações não deva ser imputado apenas ao setor industrial madeireiro, acreditamos que, na disputa por recursos de tal política, obtiveram vitórias em relação aos interesses de industriais madeireiros de outros estados (VAZ, 1986).

O sucesso da ação política do setor continuou nos anos seguintes. Em 1956, foi criada a Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras (CCEM) quando o pinho nacional passava por uma fase de “desmoralização” na Europa. Esse órgão foi criado dentro da estrutura da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX)¹³. Dessa Comissão participavam no período de sua criação dezenove firmas exportadoras – em 1964 o número ampliou-se para trinta. Para colaborar no enfrentamento dos problemas do setor no mercado internacional, o Banco do Brasil forneceu à CCEM um “crédito de Cr\$500 milhões, ou seja, a razão de Cr\$5.000,00 por 1.000 pés quadrados” (CODEPAR. O Paraná e a Economia Madeireira. 1964 p. 9/3-9/4).

Retomando o conceito de bloco de poder, lembremos que no período citado, 1956-1961, o governador do Paraná era Moysés Lupion, proprietário de um dos maiores grupos madeireiros do estado (VAZ, 1986, KRETZEN, 1951). O posto de governador lhe incumbia, como vimos acima, indicar membros do INP, podendo também influenciar na Câmara de Expansão Comercial do Paraná e na CCEM. Retomando as afirmações supracitadas sobre o caráter dialético do papel do Estado quanto às ações das diferentes frações da burguesia, acreditamos que a ação dos aparelhos estatais refletia o papel de fração de classe hegemoneizada (em alguns momentos, como nos governos Lupion) pelo setor industrial madeireiro no campo das disputas da formulação da política econômica. A hegemonia dos empresários do setor industrial

¹³ Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A, criada em 1953 no governo de Getúlio Vargas em substituição a antiga Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil. Entre suas principais funções estavam o licenciamento de exportações e importações, o financiamento do comércio exterior brasileiro e a construção das estatísticas oficiais sobre exportações e importações.

madeireiro corrobora descobertas efetuadas por outros pesquisadores sobre hegemonia de outros blocos de poder que, tornando-se hegemônicos na “a relação de forças entre as frações dominantes”, adquiriam o poder de formular a “política econômica do Estado” (PERISSINOTTO, 1994 p.27-28).

Embora as observações acima se refiram, com maior ênfase, à exportação de pinho (araucária), é importante ressaltar que a bibliografia por nós consultada informa que a atuação do setor industrial madeireiro estadual articulava-se nas ações de caráter nacional, expressando a ação política do setor que procurava se organizar. Em 16/04/31 foi fundado o Convênio Madeireiro do Distrito Federal (hegemoneizado por exportadores de madeira, não apenas de pinho) cujos objetivos, entre outros, eram “coordenar o comércio de madeiras, organizar as classes de madeira, registrar seus elementos, fazê-la respeitada e conhecida, moralizar seu ramo de comércio, impor o respeito mútuo aos compromissos assumidos, [...] impor e definir responsabilidades mútuas entre importadores, exportadores e madeireiros” (CANCIÁN 1974, p. 12-2. grifos nossos).

Os efeitos pertinentes do setor industrial madeireiro se fizeram sentir na ação dos Executivos estadual e nacional, e, como não poderia deixar de ser, situação semelhante, ocorreu nas administrações municipais. O principal item entre empresas madeireiras e o poder municipal identificado pela bibliografia consultada diz respeito ao “cuidado e melhoramento das vias de rodagem” necessárias principalmente às serrarias (visto que o gasto com transporte era o maior dispêndio deste ramo do setor). O caso do município de Guarapuava em 1949 foi um exemplo da ligação do poder público municipal com o capital madeireiro: nesse ano foi criado um imposto a incidir sobre as madeireiras cujo fim exclusivo seria a manutenção das vias de transporte situadas na direção de reservas florestais.

A par desse caso, a legislação tributária nacional do período facultava ao poder municipal isentar ou instituir impostos sobre algumas atividades de

beneficiamento das indústrias madeireiras (LUZ, C. F. 1980). Ainda segundo Luz (1980), o município de Guarapuava deveria ter uma série de outros problemas, mas esse foi justamente o escolhido para o direcionamento do recurso proveniente dos impostos recolhidos das madeireiras, ratificando o papel do Estado como um coordenador subordinado dos interesses das serrarias, pois se estas conseguissem organizar seus interesses autonomamente de forma disciplinada, poderiam por si coletar um fundo para tais estradas.

Atitude que, como vimos acima em diversos pronunciamentos, o setor não conseguia assumir, daí o interesse dos órgãos do ramo em “moralizar o setor” e “fazer respeitar acordos”. Esse comportamento demonstra a existência de contradições e que não havia o atendimento integral das reivindicações do setor (para maiores detalhes, consultar SALLES, 2004). Não obstante, houve cooperação entre as esferas municipal, estadual e federal e do capital industrial madeireiro, para diminuir os riscos, aumentar as “recompensas potenciais” da atividade mediante a ação corporativa.

Paralelamente aos elementos internos (de organização interna do próprio setor e ação perante o Estado) supracitados houve também limites externos a sua expansão e acumulação determinados pela economia nacional e internacional, enfim, por uma conjuntura mais ampla. Porém, as “ameaças e as oportunidades da indústria definem o meio competitivo, com seus riscos consequentes e recompensas potenciais” (PORTER, 1986, p.18).

A partir das reflexões desenvolvidas, acreditamos que o setor conseguiu proteger-se de diversas dificuldades e obstáculos que gerariam grandes impactos sobre o ramo: expectativas de lucratividade, análise de sucesso do setor dependiam de uma conjuntura complexa vinculada a diversos interesses e atores sociais (mercado internacional, qualificação técnica em diversos níveis, infraestrutura, logística, política de crédito, subsídios etc.) foi, em grande parte, determinada pela política governamental

para incentivar os gerentes de empresas a desempenhar suas funções, os Governos precisam conceder-lhes não *tudo o que pedem*, mas *tudo o que necessitam* para assegurar o funcionamento lucrativo das empresas. Em conseqüência, o processo decisório político é controlado de forma especial pelas empresas: os funcionários governamentais precisam levar em conta suas reivindicações e descobrir o que é necessário para o florescimento dos negócios, mesmo quando os homens de negócios silenciam; precisam dar-lhes o suficiente para motivá-los a produzir, gerando empregos e crescimento econômico. Deste modo, concedem-lhes direitos especiais de consulta e de participação na formulação de políticas. (LINDBLON, 1981, p.67.)

De todo o exposto, fica claro que não foi apenas a racionalidade econômica empresarial (desenvolvimento de estratégias tecnológicas, administrativas ou de mercado) que possibilitara o desenvolvimento do setor. Os empresários do setor industrial madeireiro nunca descuidaram do princípio de qualquer burguesia: entre as estratégias econômicas de desenvolvimento dos diferentes ramos, a ação estatal possui destaque especial (PORTER, 1986; LINDBLON, 1981). Quanto a este item, os empresários do setor industrial madeireiro, segundo a tese sobre o empresariado paranaense, manifestaram postura comum ao liberalismo nacional: “oporem-se ao dirigismo, acomodando-se, no entanto, aos favores do Estado” (LUZ, R. M., 1992, p.40, apud. TOUCHARD, 1970, p.88). Esta análise foi feita de forma contundente também por Octavio Ianni, que acredita que a burguesia nacional buscou historicamente construir um modelo de desenvolvimento capitalista no qual

o Estado é focalizado como um sucedâneo do empresário privado. Sem solução de continuidade, tomam-se as razões do poder público como se estas fossem as mesmas do capitalista individual. Daí o motivo pelo qual se fala em inovações governamentais ou privadas, ambas da mesma qualidade ou do mesmo ponto de vista. (IANNI, 1965, p.6.)

3. A TERRITORIALIZAÇÃO DAS MADEIREIRAS

3.1 CORRIDA PARA O OESTE ENTRE 1915 E 1960

João Tenório Cavalcanti ... dirigia uma turma que chegou a integrar 800 homens, um verdadeiro exército de “machadeiros” que liquidou o maior perobal do mundo, reduzindo grande parte a cinzas, nas queimadas que somavam léguas. Dava pena ver as chacinhas dos gigantes troncos, com séculos de existência, deitados inermes sobre a terra, com as entranhas a ferver em fogo. (CARVALHO & NODARI, 2007, p. 7, apud ESTRADA, 1961, p. 17, baseado em relato de época.)

A atividade madeireira tinha entre seus principais custos o transporte, portanto, buscavam aproximar a atividade de serraria, responsáveis pela transformação das árvores derrubadas em grandes pranchões, vigas ou tábuas, de regiões onde estavam situadas as florestas. Esse *modus operandi* evidenciava a intensidade do extrativismo em diferentes regiões, pois estas deslocavam-se periodicamente (CANCIÁN, 1974).

Levantamentos cartoriais pela razão social (“contando-se como uma só firma aquelas que possuindo sede em Ponta Grossa, mantinham estabelecimento industrial em Guarapuava”) demonstram que, entre 1940-1960, foram abertas 458 empresas madeireiras nessas regiões (LUZ, C. F., 1980 p.16). Em relação a essa pesquisa, a autora afirmou que o número de “estabelecimentos madeireiros” por razão social (isto é, 458) expressa algo próximo aos que efetivamente realizam atividade vinculada à derrubada e ao beneficiamento. A autora salienta que no ano de 1917, em todo o Paraná, havia pouco mais que 174 madeireiras (LUZ, C. F., 1980). O avanço dos estabelecimentos madeireiros (que no entendimento da autora englobavam principalmente serraria, beneficiamento e comércio) ocorreu a partir de Ponta Grossa, Curitiba, Irati, Imbituva e em outros locais “[que] ao perceberem a decadência das áreas madeireiras, a partir dos anos 40, estabeleceram-se na região centro-oeste do Estado, mais especificamente em Guarapuava” (LUZ, C. F., 1980, p.50).

Nesse período, que foi até 1960, as serrarias estavam situadas em Guarapuava, porém os escritórios e o beneficiamento estavam em Ponta Grossa. Essa estruturação mudou entre 1951 e 1954 (LUZ, C. F., 1980), com a migração e ou fundação de matrizes e filiais de empresas madeireiras para o município de Guarapuava, pois na região de Ponta Grossa os recursos florestais estavam se esgotando. Cabe ressaltar que o território desses municípios era bastante extenso, de forma que a instalação da sede e filial da mesma empresa em Guarapuava podia encobrir uma distância superior a 100 km.

Devido ao avanço da fronteira agrícola, Ponta Grossa e Guarapuava desmembraram-se, originando outros municípios, que também possuíam instalações de madeireiras que migravam (notadamente as serrarias). A título de exemplo citamos a F. Slaviero & Filhos S/A, com oito serrarias em Guarapuava, “distribuídas na área rural”, abertas em diferentes localidades com a seguinte cronologia:

- filial de Bananas: junho de 1942;
- filial de Guará: janeiro de 1951;
- filial de Guairacá: janeiro de 1951;
- filiais de Palmeirinha: duas serrarias, sendo uma aberta em março de 1958 e outra em dezembro de 1962;
- filiais de Goioxim: ambas em dezembro de 1963;
- filial de Candói: novembro de 1969” (C. F. Luz 1980 p. 228).

Essas localidades, à exceção de Bananas e Guará, são hoje municípios emancipados de Guarapuava. (Palmeirinha não constituiu município próprio, mas localiza-se no território de outro município igualmente surgido de Guarapuava, Turvo.)

É importante destacar que análises da arrecadação de impostos sobre empresas madeireiras entre 1915-1976 para os cofres municipais evidenciaram que essa forma de territorialização e divisão da atividade madeireira contribuiu pouco para a arrecadação daqueles que detinham as maiores extensões de florestas. As “atividades industriais e principalmente

comerciais”, distantes das zonas de derrubada, eram responsáveis por arrecadação orçamentária bem mais elevada que a das serrarias, que se mantinham próximas às florestas (LUZ, C. F, 1980, p.132-133). Esta era a situação da região de Guarapuava em relação a Ponta Grossa até meados da década de 1970, quando as atividades que geravam maior arrecadação deslocaram-se para Guarapuava. Nesse período o município já havia perdido os municípios de Laranjeiras do Sul e Pinhão, que se tornaram os maiores fornecedores de madeira do estado (LUZ, C. F., 1980).

Essa característica gerou alguns problemas para os municípios ditos “produtores” de madeira. Eles arcavam com custos de abertura e manutenção de estradas (bastante oneroso, pois as estradas necessitavam de reparos constantes, dado que eram, em sua maioria, de terra) e serviços públicos para a população trabalhadora das madeiras (as atividades de derrubada e serragem das árvores utilizavam mão de obra que necessitavam de serviços de saúde, segurança, educação etc.). Contemporaneamente, prefeitos do Vale do Ribeira paranaense referem-se a situação similar, na qual afirmam que “exportam” madeira bruta para ser beneficiada em outros lugares, tornando-se meros fornecedores de matérias-primas, que geram pouca arrecadação e muitos gastos, além dos impactos socioambientais; segundo um desses prefeitos, os municípios em tal situação são “barrigas de aluguel” da atividade madeireira¹⁴.

3.2 OS REIS DO NORTE

“Tal Mata Atlântica e a próxima Amazônica.

Arvoredos seculares impossível replantar.

Que triste sina teve o cedro nosso primo. Desde menino
que eu nem gosto de falar, depois de tanto sofrimento seu
destino, virou tamborete, mesa, cadeira, balcão de bar.

¹⁴ Expressão utilizada por um prefeito do Vale do Ribeira Paranaense para referir-se as empresas madeiras e de plantio de pinus e eucalipto. KONIG, Mauri, 2007.

Quem por acaso ouviu falar da sucupira? Parece até mentira que o jacarandá, antes de virar poltrona, porta, armário, mora no dicionário, vida-eterna, milenar. Quem hoje é vivo corre perigo, e os inimigos do verde, da sombra, do ar que se respira, da clorofila, das matas virgens destruídas vão lembrar. Que quando chegar a hora, é certo que não demora.

Não chame Nossa Senhora, só quem pode nos salvar: É caviúna, cerejeira, baraúna, imbuia, pau-d'arco, solva, juazeiro, jatobá, gonçalo-alves, paraíba, itaúba, ouro, ipê, paracaúba, peroba,..." Matança, José Carlos Augusto Jatobá.

De forma semelhante à identificada por Brasil Pinheiro Machado nos Campos Gerais, também o início da conquista do Norte (o chamado "Norte Pioneiro") no final do século XIX, se deu por intermédio de um pequeno grupo de famílias poderosas que, imbuídas de uma "verdadeira fome por latifúndios", apropriaram-se de "vastíssimos territórios" (TOMAZI, 2000, p.139, apud WACHOWICZ, 1987, Norte Velho, Norte Pioneiro. Gráfica Vicentina 1987 p.6-7). Essa presença inicial, pouco significativa em termos numéricos, foi adensada nas primeiras décadas do século XX com a efetiva conquista do Norte paranaense, que teve como principal incentivador a expansão cafeeira a partir de São Paulo.

A fronteira agrícola expandiu-se rapidamente a partir da construção de vias férreas, que integraram a região ao mercado nacional, primeiro a partir do ramal ferroviário de Ourinhos e, posteriormente, por meio do ramal Jaguriaíva-Jacarezinho. Em relação à técnica de plantio nacional utilizada na época, ressaltamos que eram diferentes das utilizadas em outras zonas tropicais produtoras:

os cafezais plantados mais perto do equador na Colômbia, Costa Rica e Java [eram] todos sombreados, tal como os pés nativos no sudoeste da Etiópia, os [cafeicultores] brasileiros estavam efetivamente realizando um experimento massivo e inconsciente de reprodução, selecionando em função da seca e da tolerância ao sol. (DEAN, 1995, p.234.)

Essa opção técnica, acreditamos, vincula-se ao raciocínio desenvolvido acima sobre uma ideologia da “inesgotabilidade dos recursos naturais” – lembremos que o café nasceu e expandiu-se como latifúndio escravista agroexportador, do que resulta uma ideologia colonialista. Tendo em vista este dado, acreditamos que a expansão dos cafezais pode ser usado como indicador da derrubada da mata. Em 1924, os cafezais estavam concentrados na seguinte forma:

- Jacarezinho, 7 milhões de pés;
- Ribeirão Claro, 6 milhões de pés;
- Santo Antônio da Platina, 2 milhões de pés;
- Siqueira Campos, 2 milhões de pés. (WACHOWICZ, 2002, p. 273)

Como nas regiões Sul e Centro-Oeste do Paraná (abordadas acima), a expansão da indústria madeireira foi rápida: conforme pesquisa realizada em cartórios da região, entre 1940-1960, em meados da década de 1930 existiam onze serrarias na região, em 1949 esse número saltou para 177 registradas no INP (CANCIAN, 1974, p. 204). O ciclo de funcionamento de serrarias nas diferentes localidades da região Norte era de cerca de 25, período em que se exauriam as madeiras nobres responsáveis pela sustentação econômica da maior parte da infraestrutura das empresas. Posteriormente a esse período, apenas madeira de baixo valor comercial restava, não compensando comercialmente o funcionamento de muitas empresas, levando ao deslocamento da maioria das serrarias para novas regiões de expansão da fronteira agrícola (CARVALHO & NODARI, 269-287, 2007 apud, CANCIAN, 1974, p. 71-72.). Mas essa transitoriedade da atividade madeireira na região, a lucratividade do extrativismo era alta, atraindo, como no Sul do estado, o capital internacional, no caso, Companhia de Terras Norte do Paraná (de capital inglês), e empresas como o Grupo Lupion e Sguário S. A., que também atuavam em outras regiões do Paraná (SALLES, 2004, KRETZEN, 1951).

Em relação à rápida exaustão das florestas do Norte paranaense alguns autores por nós consultados ressaltam que isso se deu devido à ocorrência de “matas heterogêneas” (florestas diferentes das grandes extensões de pinheirais do Sul e Centro Oeste). Essa paisagem mais diversificada fez com que a derrubada e a exploração da mata nativa tivessem um caráter diferente, pois as madeiras consideradas nobres (“peroba, cedro, pinho, canelão, cabreúva, caviúna, marfim, coração de negro, amoreira, imbuia”) estavam distribuídas irregularmente na mata (CANCIAN, 1974, p. 67). Essa dispersão, somada à precariedade das vias de transporte, tornava difícil o transporte, fazendo com que apenas uma pequena parte da madeira fosse aproveitada para uso local, sendo a maioria das árvores (mesmo as nobres) “queimada *in loco*” (NESELLA & ALCÂNTARA, 2002, p.11).

Como em outras regiões do Brasil, a biodiversidade das árvores da floresta foi vista de forma negativa por algumas pessoas do período, interessadas na exploração econômica. Esta percepção ocorria porque

em geral, apenas algumas espécies têm as qualidades exigidas pelo mercado consumidor, e elas estão espalhadas, com apenas alguns indivíduos da espécie no meio de uma densa floresta. Até mesmo a legislação florestal apresentou uma diferenciação entre as florestas “homogêneas” e as “heterogêneas”, a qual somente foi superada na década de 1980. Para as florestas homogêneas havia formas de conservação — racionalização do uso — já para as florestas “mistas”, eram “consagradas” ao “corte raso”. (CARVALHO & NODARI, 2007, apud BOHN, 1990.)

Da análise da expansão do setor industrial madeireiro para as regiões por nós abordadas, considerando a bibliografia consultada, selecionamos as seguintes contribuições:

- I. Parodiando uma afirmação de um grande madeireiro do Espírito Santo sobre sua atividade em relação à expansão da pecuária: os madeireiros, em particular as serrarias, foram os “soldados de

infantaria” da expansão da fronteira agrícola em geral (DEAN, 1995, p.290). Os dados demonstram isso, se em 1917, havia em todo o Paraná, pouco mais que cento e setenta e quatro serrarias, em 1961, o número de serrarias e laminadoras era de aproximadamente 1.300 (CODEPAR, 1964, 5/2);

- II. Em ambas as regiões, como provavelmente em todo o Estado, devido ao seu caráter predatório, a exploração madeireira nativa só foi significativa para a economia regional (ressalvadas as observações quanto à separação entre atividades de serraria e beneficiamento/comercialização) enquanto se completava a conquista dos territórios pela expansão da fronteira agrícola, o que, como se viu, ocorreu em poucas décadas (1930-1960);
- III. Existiram também diferenças no que se refere à exploração madeireira entre as regiões Sul-Centro-Oeste e Norte. Acreditamos que as duas principais referem-se à força do capital cafeeiro em expansão, deslocando-se da fronteira paulista e da maior biodiversidade das florestas do Norte em comparação com as do Sul-Centro-Oeste. Ambos os fatores, conforme indicações da bibliografia consultada, teriam contribuído para a maior devastação das matas existentes no Norte paranaense.

Por fim, acrescentamos uma contribuição nossa: o processo de conquista do território paranaense pela expansão da fronteira agrícola pode também ser analisado a partir dos conceitos de “frente pioneira”, na qual se faz sentir a presença do capital, e “frente de expansão”, na qual o capital não está presente (MELO, 2001). Como deixamos claro em nosso trabalho, a maior devastação das matas do território paranaense ocorreu devido ao avanço da “frente pioneira”, pela migração de rio grandenses e catarinenses nas regiões Sul e Centro-Oeste, ou pelo avanço dos cafeicultores paulistas no Norte. Ambas as regiões, como destaca a historiografia (TOMAZI, 2000), já ocupadas

por povos indígenas e caboclos (frente de expansão); estes grupos, embora também exercessem impactos sobre o meio ambiente, não o faziam da forma devastadora dos atores da frente pioneira.

4. HOLOCAUSTO VERDE

Em sua viagem ao Paraná, no início do século XX, Júlio Nogueira afirmou: [...] pelas margens da estrada notam-se, de onde em onde, vestígios de queimadas na orla da floresta. São incêndios ocasionados pelas fagulhas despedidas pelas locomotivas e que resultam não pequenos prejuízos. As máquinas queimam lenhas e suas chaminés não são protegidas por tela metálica, de modo que centelhas fiquem enclausuradas. À noite, entretanto, o espetáculo é digno de ver-se. As partículas luminosas envolvem o dorso do comboio num ambiente de fogo e o trem parece um desses monstros imaginados pela fantasia infantil das literaturas antigas, criadoras de dragões e das florestas encantadas. (Júlio Nogueira. *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra* Rio de Janeiro: Carioca, 1920, p.10. Citado por JORGE, William Roberto e MARTINS, Valter, 2008, p.231.)

No item 2 utilizamos referências bibliográficas pautadas em dissertações da história econômica, fazendo algumas considerações sobre a formação do bloco de poder do setor industrial madeireiro. Nossa intenção foi a de demonstrar que este setor possuía uma ação econômica racional, eficiente e dinâmica para seu período (SALLES, 2004): a construção de órgãos de representação específicos do setor (Sindicato Patronal da Madeira, Convênio Madeireiro do Distrito Federal); buscou industrializar o setor (a conquista em 1947 da proibição da exportação de toros de pinho); influenciou no planejamento estatal regional e nacional (vide a criação do Instituto da Madeira do Paraná, Instituto Nacional do Pinho); buscou conhecer e interferir no mercado internacional, entre outras medidas (Câmara de Expansão Comercial do Paraná, Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras). Isto é, o setor, por diversas formas de pressão conseguiu o estabelecimento

de colaboração público-privada, assegurando subsídios e protecionismo, de crédito, infraestrutura etc. Não obstante essas características, há outras que fornecem um véu de aparente irracionalidade ao setor como um todo: a devastação das matas nativas de forma predatória e problemas quanto à qualidade do material produzido. Como veremos, esse diagnóstico foi percebido e explicitado por diversos agentes envolvidos no negócio da madeira (exportadores individuais, agências de fomento, órgãos de representação do setor, entre outros) no período estudado.

Neste item, além da bibliografia e documentação supracitada, nos valemos da consulta de extenso relatório do CODEPAR em 1964 e Ante-Projeto do Instituto Nacional do Pinho escrito pelo Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeira do Paraná, em 1939. O levantamento do CODEPAR merece especial destaque por ter sido produzido com a participação de “técnicos de renome dos quadros próprios do INP e da Secretaria de Estado da Agricultura, para o qual foram realizadas mais de 200 entrevistas com gerentes, diretores e sócios de firmas madeireiras” (CODEPAR, 1964, I,18). Esse relatório foi produzido em um ano em que o “setor da madeira” estava entre os “quatro maiores grupos de contribuintes” para arrecadação de impostos do Estado (CODEPAR, 1964, 9/15). Nosso interesse nesta documentação é levantar alguns subsídios para compreender os impactos da atividade madeireira comercial na devastação das florestas paranaenses.

Inicialmente, salientamos que para algumas pesquisadoras, o ritmo do desmatamento das matas nativas não estava diretamente relacionado à capacidade de armazenagem ou de consumo do mercado (CANCIÁN, 1974, p.48 e seguintes; LAVALLE, 1974 p.57). Esse problema se desdobrou em outros. O primeiro refere-se à relação entre o que era produzido pela indústria madeireira e a capacidade de comercialização, que dependia principalmente do transporte (madeira em toros para as serrarias e destas para os locais de beneficiamento mais acabado). Como já afirmamos, a questão das vias de escoamento da produção foi um grande obstáculo durante todo o período

estudado. Em relatório do Secretário Estadual de Obras Públicas, Othon Mader, enviado ao governador em 1934, este informa que as ferrovias encontravam-se sobrecarregadas de madeira e, além disso, o quadro era agravado pela prática de se transportar madeira fora das especificações dos contratos de compra e venda.

A questão é novamente relatada nos anos 1940 e 1941, devido à superexploração das florestas; nesses anos a quantidade de madeira empilhada ao longo das linhas férreas ultrapassou em muito as possibilidades de transporte, situação que é relatada por funcionários da administração da ferrovia Paraná-Santa Catarina, também em meados da década de 1950:

com o atual ciclo de carregamento dos vagões plataformas, e supondo que não mais fossem apresentadas requisições para o transporte de madeira, levaria a Rede aproximadamente três anos a liquidar as requisições remanescentes, [devido ao] fornecimento [de madeira], em completa desproporção com a capacidade de transporte da estrada de ferro. (LOPES, Angelo. Relatório da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1956, p. 25 e 53 respectivamente, citado por LAVALLE, 1974, p. 71-72.)

Essa foi uma constatação que apareceu em “A formação de uma Economia Periférica” – afirma-se que os troncos eram cortados de maneira irregular e em época errada, dificultando sua transformação em tábuas, favorecendo o rápido apodrecimento da madeira (PADIS, 1981, p.68-9) – e também em toda a bibliografia especializada salienta-se que os madeireiros não levavam em consideração a existência de espaço para transporte dos seus produtos nos trens, qualidade ou local para armazenagem adequados (LUZ, C. F, 1980; LAVALLE, 1974, CANCIÁN, 1974). Esse comportamento também percebido por relatórios produzidos por técnicos estatais, que assinalaram os problemas da superexploração e superprodução:

depois de um longo período de espera, a operação de desdobro, o empilhamento e a secagem ao ar livre, ocupam entre 3 e 6 meses [entre o período de corte e estas operações]. Em todo este período a madeira

esta exposta à ação dos insetos e intempéries. Além disso, o aumento dos estoques comerciais, nos últimos anos, eleva o montante de madeira em toras e em tábuas a nível equivalente a mais de um ano de produção, ou, aumentando mais ainda, o efeito do apodrecimento e da contaminação. (CODEPAR Ibid. I/19).

Essa análise efetuada pelos técnicos do CODEPAR demonstra que, em cada etapa da produção, parte da madeira era inutilizada: perdia-se madeira ainda na floresta; quando estava sendo transformada em pranchões nas serrarias; quando estava armazenada em forma de tábuas, vigas ou pranchões, para transporte nas serrarias ou nas margens da ferrovias e, em alguns casos, mesmo nos portos, pois em todos estes lugares, em geral, o armazenamento era precário. Nas diferentes regiões e período abordados pela bibliografia consultada, ficou evidente que

não havendo um órgão bastante eficaz para controlar esses desmandos [excesso de produção], os empresários lançam-se com força total na abertura de firmas com objetivo de obter o maior proveito desse ramo indústria em seu benefício, tornado-se **a indústria madeireira, à parte de suas reais finalidades de suprimento do mercado, grande devastadora das reservas florestais.** (LUZ, C. F. 1980, p. 230, grifos nossos.)

A devastação identificada pela autora citada foi percebida de diferentes formas, como o recuo constante da cobertura florestal nativa, mas também pelo montante do desperdício da madeira produzida. Nós abordaremos aqui a questão do desperdício da madeira derrubada. Segundo a bibliografia consultada, a produção em excesso de madeira tinha como consequência a queda de sua qualidade e a depreciação do valor da madeira comercializada. Essa situação foi creditada, dentre outros fatores, a comportamentos pouco ortodoxos dos madeireiros e exportadores que eram criticados por dirigentes de entidades de representação em nível nacional. Segundo relatório produzido por Manoel Jacinto Ferreira na década de 1950, era evidente a “desmoralização do produto brasileiro em especial na Inglaterra e Alemanha, **pela falta de**

controle da qualidade, contrabando e falta de atendimento às reclamações [dos compradores]”, sendo que o comércio de madeira com os “países do Prata [maiores compradores da madeira paranaense no período] não estava em melhores condições” (CANCIÁN, 1974, p.48 e seguintes; LAVALLE, 1974, p.57 respectivamente).

O problema continuou nos anos seguintes, conforme relatório do CODEPAR de 1964: havia “contrabando” de madeira para Europa; “falta de atendimento a reclamações”, repercutindo “na queda do interesse pela madeira, caindo bastante o volume de exportações” (CODEPAR, 1964, 9/3-9/4). Não obstante as particularidades que envolveram a atividade madeireira nas florestas do Sul-Centro-Oeste (predominância de florestas homogêneas de pinheirais) e do Norte (matas heterogêneas), os problemas identificados foram os mesmos durante todo o período por nós estudado (CANCIÁN, 1974, LUZ. C. F. 1980 ; LAVALLE, 1974).

A atribuição de “limitar a produção da madeira” havia sido delegada ao Instituto da Madeira e a sua comercialização, transporte entre outras, ao Instituto Nacional do Pinho, ambos órgãos de colaboração público-privada que, certamente possuíam conhecimento para identificar antecipadamente os problemas citados. Porém, como ficou evidente, nenhum destes (ou quaisquer outros órgãos privados ou estatais) atuou eficazmente no planejamento da produção ou organização do transporte de madeira. Lembremos que a definição de regras referentes à **produção** (entendida em sentido amplo: especificações técnicas para derrubada das árvores sua transformação em tábuas, vigas; limitação da produção; armazenagem entre outros) e **comercialização** (estabelecimento de contratos, proteção e projeção do produto nacional e internacionalmente) são importantes indicativos para a compreensão dos interesses e limites do poder tanto do Estado quando da iniciativa privada (no caso, entidades de representação do setor madeireiro). Como o Estado e a União criaram órgãos de “mútua cooperação”¹⁵ público-

¹⁵ Essa expressão foi tomada de Cirlei Francisca da Luz, quando se refere a força com que se fizeram sentir os interesses do setor madeireiro na esfera municipal. Para a autora as atividades da indústria madeireira

privada para coordenar e executar estas tarefas, o que nos leva a refletir sobre o papel desempenhado por estes órgãos.

Retomando os conceitos de “fração de classe” e “bloco de poder”, nos deteremos na análise efetuada pelo relatório produzido por entidades patronais do ramo e a CODEPAR. Segundo o relatório estatal, o INP tomava uma “atitude passiva diante do comércio irregular” de madeira (CODEPAR, 1964, 9/5), afirmação que é descrita com maior profundidade no item “Atuação do INP no controle do comércio”, no qual são feitas severas críticas a este, dentre as quais destacamos o seguinte trecho:

Voltado quase exclusivamente para a coordenação do comércio de pinho, já que é virtual sua inoperância no controle da oferta primária, seria de se esperar que o INP tivesse montado um aparelho eficiente para a aplicação de diretrizes de defesa de preços e de controles quantitativos e qualitativos. No entanto, mais de 20 anos depois de sua criação, patenteia-se sua quase nula eficiência neste terreno. Pretende-se contingenciar a oferta, e esta vence as barreiras do sistema de quotas, pretende impor estoques como condição para a concessão de quotas, e os estoques são inflados ou falseados, ao saber dos interesses imediatistas dos próprios exportadores; pretende defender os preços e estes decaem ou sobem sem correlação com as decisões da autarquia madeireira, e, finalmente, pretende manter e ampliar mercados externos e a tendência factual não lhe tem sido favorável. Em suma, dificilmente será contestado quem afirmar que o setor, não estaria mais descontrolado caso fossem fechadas as portas do INP, salvo no que concerne ao controle da exportação, atribuição em que o Instituto apenas acompanha e aplica as decisões das autoridades monetárias brasileiras. (CODEPAR, 1964, 9/10.)

Posteriormente, seguindo o mesmo tom, o relatório aponta que, nos “vinte anos” de existência do órgão, os

despertavam grande atenção das “das autoridades municipais”, pois só por meio de “acordes” e utilização de impostos para colaborar com o setor, isto é, só pela “mútua cooperação” que tanto municípios como o setor atingiriam um “maior grau de desenvolvimento” LUZ, C. F. 1980: p.264-5. Isto é, tomam-se razões privadas por razões públicas, tema que desenvolveremos abaixo.

processos de fiscalização de qualidade e de controle da oferta interna, [foram] inteiramente frustrados em seus propósitos, a ponto de não servirem nem como elemento de informação para o exame de situação da conjuntura madeireira. **A máquina executiva do INP não funciona para aplicação de qualquer política, certa ou errada.** (CODEPAR, , 1964, 9/10-9/11, grifos nossos).

O relatório reconhece que havia “defeitos estruturais” no “sistema de intervenção estatal”, nos quais destaca a [má] atuação do Instituto. Certamente, porém, não foi este o único responsável pela ineficiência ou inoperância em se fazer seguir as leis e regulamentações criadas, pelos referidos Institutos. Muitas das atribuições deles eram compartilhadas também por outros órgãos: por exemplo, a Secretaria de Estado da Agricultura, que fiscalizava a aplicação do Código de Florestas, além de órgãos que tinham como atribuição fiscalizar as florestas localizadas em terras devolutas do Estado do Paraná, como foi o caso do Departamento de Terras e Colonização do Paraná (DGTC). Incluíam-se também as empresas colonizadoras, que deveriam respeitar e fazer respeitar regras quanto à preservação de áreas com matas nos territórios que colonizavam.

A inoperância desses órgãos na regulamentação e condução da produção da madeira (entendida aqui em sentido amplo: normas técnicas para seleção de árvores a serem derrubadas, seu corte em tábuas ou vigas; qualidade do produto manufaturado; transporte, entre outros) não deve ser entendida como fatalidade decorrentes de oscilações climáticas ou de mercado. Tampouco acreditamos que os problemas supracitados deviam-se ao desconhecimento ou à inexperiência dos atores envolvidos no negócio da madeira (tanto do setor privado como do setor estatal). Defendemos a hipótese de que tais fatos são “*efeito pertinente*” da composição, dos referidos Institutos de cooperação público-privada, do modelo de desenvolvimento do período que priorizava a expansão da fronteira agrícola (a ideologia da “marcha para o Oeste”) conduzida pelos blocos de poder hegemônicos em nível federal e estadual.

Acreditamos que, com a criação de órgãos de cooperação mútua público-privada (Institutos e Câmaras de Comércio em nível estadual e federal), as associações de representação demonstram seu poder de pressão, mas também de formação de quadros técnicos qualificados. Nossa hipótese encontra-se ancorada no atendimento de reivindicações do setor: criação do Instituto da Madeira, do INP, criação da Câmara de Expansão Comercial do Paraná, da CCEN, concessão de empréstimos para o setor pelo governo federal, entre outros.

Para o CODEPAR, os empresários madeireiros possuíam “interesses imediatistas” que conseguiam impor, rompendo e desrespeitando normas criadas pelo Estado e pelos Institutos de cooperação mútua dos quais estes empresários foram convidados a participar. Essa realidade foi expressada pelas constatações de que o INP não conseguia impor sanções aos que desrespeitavam suas deliberações, o que revela que o órgão era indulgente com diversos tipos de transgressões do empresariado. Ao omitir-se, o órgão, que possuía agentes públicos e privados, revelava a falta de ação tanto da elite administrativa pública como empresarial¹⁶ que, de certa forma, beneficiava os empresários do setor, pois poderiam agir mais livremente possuindo uma representação corporativa dentro do aparelho estatal.

Ocorria um aparente paradoxo, pois, ao “deixar de agir”, as instituições públicas e privadas estavam causando efeitos. O sucesso da indústria, seus aspectos “modernos” – mecanização, sistema de crédito, cadeia produtiva, força de coerção a aparelhos do Estado, formação de quadros técnicos a partir de Institutos e Câmaras de Comércio, organização de entidades corporativas etc. como nos referimos acima (LUZ, C. F. 1980, p. 230) –, significou também

¹⁶ “A definição de “elite” segue aqui a orientação [...] das pesquisas históricas sobre elites, baseadas num critério de posição e não de reputação ou participação efetiva no processo decisório. Conforme Wright Mills, os membros da elite dominam porque “ocupam os postos de comando estratégicos da estrutura social”. Estes postos são estratégicos porque controlam “as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna”, quais sejam, “a máquina do Estado”, a “organização militar” e as “grandes companhias” (MILLS, 1981, p.12)” CODATO, Adriano N. e GOUVÊA, Julio César, 2007, p.51.

o aumento da devastação descontrolada e predatória. Isto é, defendemos a hipótese de que a própria composição do bloco de poder que levou à criação das várias instâncias supracitadas (Institutos, Câmaras etc.) também levou ao fracasso da tentativa de impor regras ao setor como um todo. Um exemplo desta atitude foi o fato de que grupos empresariais poderosos usassem de seu poder e prestígio para romper com as regras de exportação, desrespeitar contratos etc., do que resulta que os madeireiros não tinham nenhum interesse da floresta em pé.

Em termos da conjuntura política, para a comprovação de que o setor industrial madeireiro estava no bloco de poder, basta identificarmos alguns personagens políticos importantes para o período que trabalhamos que exerciam também a atividade de madeireiro no período estudado (como sócio ou proprietário): Secretário de Estado Rivadavia de Macedo; Interventor Manoel Ribas, governador Moysés Lupion, Senador e Secretário de Estado Nicolau Mader (KRETZEN, 1951 e SALLES, 2004).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhuma árvore foi até hoje plantada em obediência ao edito do Código Florestal (art. 86, 5º) [acreditamos que o Código Florestal vigente, em seus dispositivos] “são puramente **teóricos** e destinados ao completo desconhecimento da prática. O Código, aliás, já tem seis anos de vida e dia a dia se mostra inexequível. Urge uma ação eficiente, orientada em moldes produtivos e capaz de resolver a questão. Tal ação só o Instituto pode realizar. (p.6. e p.11). (Sindicato Patronal dos Exportadores de Madeira do Paraná. Ante-Projeto do Instituto Nacional do Pinho, assinado por Ildefonso Stockler de França, Presidente. Curitiba, 27.12.1939.)

Nosso trabalho, como dissemos no início, tem a pretensão de apenas fornecer alguns elementos para reflexão acerca da ação do setor industrial madeireiro na devastação das florestas nativas paranaenses.

Resumidamente, acreditamos ter demonstrado que o desmatamento intensivo no território estadual intensificou-se a partir da sua maior integração com o mercado nacional e internacional (por meio da conquista de terras pela expansão da fronteira agrícola), sendo que, as madeiras foram “soldados de infantaria” deste empreendimento; isto é, não foram os responsáveis principais, mais os agentes que agiram de forma mais agressiva.

Esperamos ter demonstrado também que a referida expansão agrícola deva ser analisada a partir do uso do conceito de “frente pioneira” dada a presença intensa e constante do capital, o que explica a rápida (re)ocupação do território e, também, da destruição das florestas. E, por último, mas não menos importante, defendemos a hipótese de que os fatos supracitados foram construídos a partir da ascensão do setor industrial madeireiro ao bloco de poder, ora como um dos componentes deste bloco, ora atingindo a hegemonia do mesmo (período dos governos Lupion). Por conseguirem se estabelecer em altos cargos da elite administrativa estadual “fator que decorre diretamente da ampliação de seu poderio sócio-econômico”, o setor conseguiu impor vários de seus interesses (subsídios, criação de agências de fomento etc.). Este quadro seria o “efeito pertinente” para comprovar sua hegemonia.

De sua hegemonia, acreditamos, resultou também boa parte da ineficácia de órgãos de fiscalização da atividade madeireira (alguns de caráter quase que autoregulatório, como as funções atribuídas ao INP e Instituto da Madeira pelos executivos estadual e federal) e, principalmente, na repressão ao desperdício e ritmo de desmatamento.

Por fim, gostaríamos de deixar algumas sugestões de pesquisa para podermos melhor compreender a história ambiental do Estado, principalmente no que se refere aos conflitos socioambientais. A primeira refere-se à relação entre madeiras e colonizadoras privadas principalmente na primeira metade do século XX e a relação destes dois agentes com a elite política do Estado. A segunda sugestão refere-se a investigação das relações entre a produção do território e conflitos sócio-ambientais. Estudos sobre a Guerra do Contestado 1912-16, Revolta do Sudoeste de 1957 e os conflitos no Norte entre 1940-60

retratam o envolvimento de grandes empresas (Lumber, CITTILA e CNTP), porém, a maior parte dos trabalhos trata “apenas” da luta pela terra, acredito que devemos agregar a perspectiva da *ecologia política*, analisando as contradições e conflitos entre classes dominantes¹⁷ elites políticas, camponeses (inclusive comunidades tradicionais) e povos indígenas na formação do território.

REFERÊNCIAS

AMADIGI, Fausto Rogério. **Legislação ambiental no Paraná: a “preocupação ecológica” de Romário Martins (1907-1944)**. (Monografia de História) UFPR, 1999.

BITTENCOURT, Luciana Polli, OLIVEIRA, Gilson Batista de. **A Indústria Madeireira Paranaense nos anos recentes**. Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 1, janeiro/junho 2009

CANCIÁN, Nadir Aparecida. **Conjuntura econômica da madeira no Norte do Paraná**. Dissertação de mestrado em História UFPR, 1974.

CARVALHO Ely Bergo de e NODARI Eunice Sueli. **A percepção na transformação da paisagem: os agricultores no desflorestamento de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1948-1970**. 2007 http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742007000200014&script=sci_arttext, Revista História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 269-287, 2007.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de, NODARI, Eunice Sueli. **As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920)**.

CODATO, Adriano Nevo e GOUVÊA, Julio César. **Os atributos da elite político-administrativa: uma visão descritiva dos ocupantes dos empregos políticos no Paraná**, p. 49-59. In: PERISSINOTTO, Renato, CODATO, Adriano, FUKS, Mário & BRAGA, Sérgio (orgs.). **Quem Governa: Um estudo das elites políticas paranaenses**. Ed. UFPR, Curitiba, 2007.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Editora Universidade de São Paulo – Difusão Européia do Livro (Coleção Corpo e Alma do Brasil) São Paulo 1971.

¹⁷ A “classe dominante está ancorada na lógica da economia política [...] antes de tudo revela a unidade de diferentes grupos proprietários (familiares ou não) que organizam os meios de produção, consomem rendas e heranças, comandam o processo produtivo e são politicamente dominadores e ideologicamente hegemônicos.” (OLIVEIRA, R. 2001, p. 12).

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Ed. Civilização Brasileira 1965.

JORGE, William Roberto e MARTINS, Valter. **Homens e Máquinas nas florestas com Araucária – 1900-1930**, p.219-251. In: CAMPIGOTO, José Adilçom e SOCHODOLAK, Hélio. **Estudos de História Cultural**. Ed. UNICENTRO, Guarapuava, 2000.

KONIG, Mauri. **Árvore da discórdia**. Gazeta do Povo, Curitiba-PR, março 2007. Disponível em <http://www.biodiversityreporting.org/article.sub?docId=23734&c=Brazil&cRef=Brazil&year=2007&date=March%202007>. Acesso em: 11.11.2010.

KRETZEN, João. **As grandes potências econômicas no Estado do Paraná – o roteiro do café e sua evolução econômica**. Escritório Sul-Brasil Econômico Ltda. Curitiba 1951.

LAVALLE, Aida Mansani. **A Madeira na Economia Paranaense**. Dissertação de mestrado em História UFPR 1974.

LINDBLOM, Charles E. **O processo de decisão política**. Editora Universidade de Brasília, 1981.

LUZ, Cirlei Francisca. **A madeira na economia de Guarapuava e Ponta Grossa 1915-1974**. Mestrado em História UFPR 1980.

LUZ, Regina Maria. **A modernização da sociedade no discurso do empresariado paranaense: Curitiba 1890-1925**. Mestrado em História, UFPR 1992.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação histórica** In: BALHANA, Altiva Pillatti et. alli. Campos Gerais: Estruturas agrárias. UPPR 1968.

MONTEIRO, Nilson. **Madeira de Lei: uma crônica da vida e obra de Miguel Zattar**. Ed. , Curitiba, 2008.

NEVES, Ana Carolina Marzullo. **Determinantes do Desmatamento na Mata Atlântica: Uma Análise Econômica**. Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, UFRJ, 2006.

OLINTO, B. A. & STEIN, M. N. **As propriedades da diferença: nacionais, colonos e grileiros (Guarapuava 1920-1930)**. In: MOTTA Márcia Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo e OLIVEIRA, Oséias de. (orgs.). **História Agrária: Propriedade e Conflito**. Editora UNICENTRO, Guarapuava – PR, 2008.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Coleção História do Paraná – textos introdutórios. Secretaria de Estado do Paraná. Curitiba, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná**. Ed. Moinho do Verbo, 2001.

PERISSINOTTO, Renato M. **As classes dominantes e hegemonia na Primeira República**. Editora da UNICAMP 1994.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Hucitec. 1981.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência**. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, 1995, 23ª ed. 1994, 1ª reimpressão, 1995.

TOMAZZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná Histórias e Fantasmagorias**. Curitiba: Ed. Aos Quatro Ventos, 2000.

STELMACKI JUNIOR, Roberto. **Auge e Declínio do Pinho**. In: STELMACKI JUNIOR, R. Avaliação da Potencialidade e Estruturação e de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) da Indústria Madeireira do Município de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, UEPG, 2008.

VALENTE, Silza Maria Pazello. **A presença anarquista na Cidade Sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba 1890-1920**. Ed. UEL, Londrina 1997

VAZ, Raul. **Moysés Lupion – A verdade**. Publicações Paratodos, Curitiba 1986.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Imprensa Paranaense, Curitiba 2002.

WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageiros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**. Editora Gráfica Vicentina. Curitiba, 1982.

FONTES DOCUMENTAIS

MACEDO, Rivadávia de. **Relatório apresentado ao governador Manoel Ribas pelo Secretário dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas Rivadávia de Macedo**. Curitiba, 1933.

CODEPAR. **O Paraná e a Economia Madeireira**. CODEPAR/SPL (Serviços de Planejamento Engenheiros e Economistas Associados, agosto 1964.

SINDICATO PATRONAL DOS EXPORTADORES DE MADEIRA DO PARANÁ. **Ante-Projeto do Instituto Nacional do Pinho, submetido á consideração da Comissão de Defesa da Economia Nacional**. Apresentação de Ildfonso Stockler de França, presidente. Curitiba, 1939.